

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Holanda aceita ação coletiva contra Petrobras	2
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	3
Título: Governo deverá receber R\$ 21 bi em bônus de leilões de óleo	3
Título: Processo de investidores estrangeiros contra Petrobras avança na Holanda.....	3
Título: Eletrobras adia leilão de empresa do Amazonas	5
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	5
Título: Preço do GNV sobe mais que o da gasolina.....	5
Título: » Green.....	7
VEÍCULO: Valor Econômico.....	8
Título: Combustíveis pressionaram preços da 1ª quinzena, estimam analistas	8
Título: Curtas	9
Título: ONS estima economia de R\$ 2,5 mi com migração para mercado livre.....	10
Título: Vale faz estudo preliminar para ampliar mina em Carajás.....	11
Título: Clima favorável faz cogeração de biomassa bater recorde no país.....	13

VEÍCULO: O Globo**Data: 21/09/2018****Seção: Economia****Autor: Rennan Setti****Título: Holanda aceita ação coletiva contra Petrobras**

Investidores brasileiros poderão ingressar em processo contra estatal por perdas com corrupção

Preteridos pelo acordo bilionário fechado pela Petrobras nos EUA em janeiro, investidores brasileiros da estatal que sofreram prejuízos na Bolsa com o impacto do esquema de corrupção revelado pela Operação Lava-Jato podem participar de ação coletiva similar, movida na Holanda. O Tribunal Distrital de Roterdã autorizou, na quarta-feira, prosseguimento de ação iniciada pela fundação Stichting Petrobras Compensation.

— A fundação busca representar os interesses dos investidores que, até 28 de julho de 2015, adquiriram ações ou títulos da Petrobras fora dos EUA e sofreram com o esquema de fraude na companhia — afirmou Adam Foulke, vice-presidente da ISAF, contratada para gerir o interesse dos investidores lesados.

— Não temos uma estimativa precisa, mas estamos falando de perdas na casa dos bilhões.

Em janeiro, a Petrobras concordou em pagar US\$ 2,95 bilhões para encerrar processo movido por investidores nos EUA. Mas, por questão de jurisdição, o juiz americano entendeu que só os detentores de recibos de ações negociados no mercado americano estariam cobertos, explicou André de Almeida, sócio do escritório Almeida Advogados:

— O processo que tramita na Holanda visa a contemplar os investidores que adquiriram seus papéis em mercados como Brasil, Luxemburgo e Madri. Como a Petrobras tem sede internacional na Holanda, há muito tempo alimentava-se a expectativa de que o processo poderia abranger mais investidores.

Segundo Foulke, não há limitações de valores para determinar quem pode participar da ação nem custos prévios, mas a fundação cobrará percentual de eventual indenização paga. Para participar, é preciso se cadastrar no site da ISAF Management.

De acordo com Foulke, cerca de cem grandes investidores institucionais e alguns pequenos investidores de varejo já participam da ação. A Associação dos

Investidores Minoritários entrou com ação civil pública exigindo o ressarcimento aos investidores brasileiros, mas, em julho, a Justiça brasileira extinguiu o processo e definiu que a questão deve ser resolvida em arbitragem. A associação recorre.

Procurada pelo GLOBO, a Petrobras não quis comentar a decisão na Holanda. Em nota, a estatal disse que "não houve análise de mérito" e que "a ação seguirá para as etapas subsequentes." (Colaborou Ramona Ordoñez)

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 21/09/2018

Seção: Colunas

Autor: Maria Cristina Frias

Título: Governo deverá receber R\$ 21 bi em bônus de leilões de óleo

Mercado Aberto

Vencedores de leilões da ANP (Agência Nacional de Petróleo) pagarão ao menos R\$ 21 bilhões em bônus à União em 2018, segundo a consultoria EY. A previsão é que, de 2019 a 2026, o setor invista US\$ 7,5 bilhões (R\$ 30,6 bilhões no câmbio atual) em pesquisa, desenvolvimento e inovação —as empresas são obrigadas a destinar parte de sua receita a esse tipo de aporte.

O investimento total nos próximos anos dependerá da estratégia adotada pelo país, afirma Antonio Guimarães, secretário- executivo do IBP (instituto do petróleo e gás), que contratou o estudo para o Rio Oil&Gas (evento do setor).

O intervalo projetado vai de US\$ 107,5 bilhões (R\$ 438,3 bilhões) a US\$ 224,7 bilhões (R\$ 916,1 bilhões). "São cenários distintos de como o Brasil desenvolverá seus ativos existentes", afirma Guimarães. "O petróleo não será a energia predominante no mundo daqui a 20 ou 30 anos, e temos reservas para 100 anos. É preciso tomar uma decisão sobre qual velocidade de desenvolvimento será adotada."

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 21/09/2018

Seção: Mercado

Autor: Lucas Neves

Título: Processo de investidores estrangeiros contra Petrobras avança na Holanda

Fundação diz que estatal agiu de modo ilícito para ocultar esquema de corrupção

Paris Uma corte da Holanda decidiu que uma ação coletiva de acionistas e detentores de títulos da Petrobras contra a estatal por causa de perdas causadas pelo esquema de corrupção montado na empresa pode seguir adiante.

A decisão de quarta-feira (19) do tribunal distrital de Roterdã favorece a Fundação de Compensação da Petrobras Stichting.

A entidade representa investidores de todas as nacionalidades, com exceção da americana (ou daqueles que fizeram, no mercado dos Estados Unidos, transações financeiras envolvendo a empresa estatal brasileira).

Esses últimos já foram contemplados por um acordo de quase US\$ 3 bilhões (R\$ 12,3 bilhões) em compensações anunciado pela Justiça americana em janeiro deste ano.

A Stichting busca o reconhecimento judicial de que a Petrobras agiu de modo ilícito ao encobrir o intrincado esquema de corrupção que desfalcava seu caixa e emitir títulos sem informar os compradores sobre sua situação real da empresa.

A ideia é que, a partir de uma eventual primeira sentença favorável aos investidores, a estatal seja estrangida a firmar um acordo nos moldes do americano —ou, alternativamente, enfrente centenas de processos individuais visando ressarcimento.

Por enquanto, porém, trata-se de apreciar o mérito do pleito da Stichting, que ingressou com a ação em janeiro de 2017.

“Não entendo como a Petrobras faz acordo com investidores americanos, mas não com os de outros países”, disse por telefone o advogado Flip Wijers, chefe da banca de Amsterdã que representa a Stichting.

“A empresa diz ser vítima [do esquema investigado pela Lava Jato], mas aceita pagar US\$ 3 bilhões. [A explicação] é simples: eles têm mais medo da Justiça americana do que de outras.”

O processo corre na Holanda porque é lá que fica a Petrobras Global Finance, subsidiária que, até 2015, emitiu títulos no valor total de € 47,9 bilhões (R\$ 230,6 bilhões).

O que o tribunal de Roterdã fez na quarta foi reconhecer sua jurisdição sobre o caso, contestada pela estatal brasileira.

Agora, a Petrobras terá cerca de um mês para apresentar uma primeira resposta escrita à corte, que será seguida por uma réplica da Stichting. Uma audiência preliminar foi marcada para 18 de dezembro.

Em nota divulgada na quarta, a estatal ressaltou que “não houve análise de mérito, uma vez que o tribunal se manifestou apenas sobre questões processuais” e negou “todas as alegações apresentadas pela fundação”.

A Petrobras destacou que autoridades brasileiras, até mesmo o STF (Supremo Tribunal Federal), reconhecem que a empresa foi vítima de um esquema de corrupção.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 21/09/2018

Seção: Mercado

Autor:

Título: Eletrobras adia leilão de empresa do Amazonas

O leilão de privatização da distribuidora de energia da Eletrobras no Amazonas foi adiado para o dia 25 de outubro pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

O leilão estava marcado para o dia 26 de setembro, mas teve de ser adiado porque não haveria tempo hábil para aprovação no Senado de um projeto de lei que reduz incertezas em torno da distribuidora.

A Eletrobras disse que, se houver vencedor, a assinatura do contrato deverá ocorrer até 14 de janeiro de 2019.

A estatal acrescentou que o leilão da Ceai (Companhia Energética de Alagoas) ainda se encontra suspenso em virtude de decisão judicial.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 21/09/2018

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes / RIO

Título: Preço do GNV sobe mais que o da gasolina

Para distribuidoras, a forte presença da Petrobrás no mercado impede competição

A escalada dos preços do óleo diesel fez com que os caminhoneiros paralisassem as estradas, em maio, enquanto a da gasolina provoca a indignação da população diariamente. Na ponta do lápis, no entanto, o combustível automotivo que mais encareceu no último ano foi o gás natural veicular (GNV), consumido regulamente por taxistas e motoristas de aplicativos.

Levantamento da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) sobre os preços praticados nos postos de todo País demonstra que o metro cúbico (m³) do GNV ficou 19,6% mais caro desde setembro do ano passado. No mesmo período, a gasolina subiu 17,9%, o diesel, 12,1% e o etanol, 4,4%.

Com exceção do álcool hidratado, as altas dos combustíveis têm a mesma explicação: a política de reajustes implementada pela Petrobrás, fornecedora do insumo, que passou a acompanhar as variações do dólar e das commodities no mercado internacional.

A diferença é que os reajustes do GNV acontecem trimestralmente, como definido em contrato com as distribuidoras estaduais de gás natural, fornecedoras do combustível aos postos revendedores. A Petrobrás, em resposta, afirma que “não possui qualquer ingerência sobre os reajustes a serem praticados, devendo estes seguir os indexadores acordados, seja para aumento ou para redução de preços”.

A empresa diz também que impõe aos seus clientes os mesmos indexadores impostos a ela pela Bolívia, fornecedora de parte do gás que comercializa no Brasil. A estatal também produz internamente e ainda importa o produto de outros países, por navio.

Base de cálculo.

Representante das distribuidoras de gás natural, a Abegás argumenta que o preço do GNV subiu mais do que os outros no último ano por causa da base de cálculo dos reajustes, elevada no início do ano, durante a renegociação dos contratos. Além disso, a energia elétrica utilizada na compressão do combustível nos postos pesou nos custos. Gerente de Estratégia e Competitividade da Abegás, Marcelo Mendonça reclama da presença massiva da estatal no mercado e da falta de competição entre fornecedores.

Segundo ele, a importação é inviabilizada pela ausência de regulamentação que permita o acesso à infraestrutura de escoamento do gás – como os terminais de regaseificação do produto, que chega líquido ao litoral, e também os gasodutos de transporte. Na tentativa de conseguir novos fornecedores, que não sejam a

Petrobrás, as distribuidoras de gás promovem uma chamada pública para contratar grande volume do combustível.

“Essa é a forma que as distribuidoras têm de adquirir um gás mais competitivo”, disse Mendonça. A expectativa é que a carga seja contratada em julho do ano que vem. Mas isso só vai acontecer se a ANP aprovar a regulamentação de acesso à infraestrutura logística de gás, hoje dominada pela estatal.

Nos postos, o GNV concorre atualmente com o etanol, o mais barato entre os combustíveis. Pela pesquisa da ANP, o metro cúbico do gás está a R\$ 2,843, o litro do álcool hidratado custa R\$ 2,749, enquanto a gasolina desponta como a opção mais cara, a R\$ 4,576/ litro.

Para rico.

“Gasolina é coisa para rico, não é para taxista”, diz o presidente do Sindicato dos Taxistas Autônomos do Município de São Paulo (Sinditaxi), Natalício Bezerra Silva, que reclama da dificuldade de repassar a alta do GNV aos seus clientes. A revisão da tarifa é a principal pauta de reivindicação da entidade.

Já o Simtetaxi, representante dos motoristas de táxis do Estado de São Paulo, afirma que o consumo do gás natural continua sendo uma opção, mas apenas para quem já investiu na instalação do kit gás. A entidade argumenta que os taxistas estão “descapitalizados” para equipar novos carros.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 21/09/2018

Seção: Colunas

Autor: Aline Bronzati Cynthia Decloedt Fernanda Guimarães

Título: » Green.

Coluna do Broadcast

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) firmou hoje, com os bancos japoneses Japan Bank for International Cooperation (JBIC) e Mizuho Banke The Bank of Saga, um contrato de financiamento de US\$ 100 milhões. O acordo ocorre no âmbito da linha Global Action for Reconciling Economic Growth and Environmental Preservation (Green), para o apoio de projetos voltados à preservação do meio ambiente global. Os recursos deverão ser aplicados pelo banco de fomento em projetos de sua carteira de energia eólica, sendo elegíveis também investimentos em geração de energia renovável por meio de outras fontes, como biomassa e solar.

COM CIRCE BONATELLI

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 21/09/2018****Seção: Brasil****Autor: Arícia Martins | De São Paulo****Título: Combustíveis pressionaram preços da 1ª quinzena, estimam analistas**

Com o câmbio mais alto, os reajustes de combustíveis devem ter pressionado a inflação na primeira quinzena de setembro, avaliam economistas. Mesmo assim, a expectativa é que, na média, os preços tenham acelerado pouco no período, contidos pela queda prevista para os alimentos. Por isso, a estimativa média de 32 instituições financeiras e consultorias ouvidas pelo Valor Data aponta que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - 15 (IPCA-15) subiu 0,17% neste mês, pouco acima do 0,13% verificado em agosto.

As projeções para a prévia da inflação oficial, que será divulgada hoje pelo IBGE, vão de alta de 0,09% até 0,27%. Se confirmadas as previsões, a inflação acumulada em 12 meses passou de 4,30% em agosto para 4,35%.

"Há uma pressão forte sobre os combustíveis que deve ser maior ainda no índice fechado do mês", diz Breno Martins, economista da Mongeral Aegon Investimentos. Apenas em setembro, a Petrobras concedeu três reajustes da gasolina nas refinarias, seguindo a alta do dólar e do petróleo no mercado internacional. No fim de agosto, o diesel foi elevado em 13% aos distribuidores, mas este combustível tem peso pouco relevante no IPCA.

Em razão das correções na gasolina, Martins estima que o item aumentou 0,30% na prévia de setembro, depois de ter recuado 1,45% no mês anterior. O grupo transportes, por sua vez, deixou retração de 0,87% em agosto e avançou 0,42% agora, acrescenta, pressionado também pelas passagens aéreas, que subiram cerca de 18% em seus cálculos.

Mesmo com a aceleração maior na parte de transportes, a Mongeral espera que o IPCA-15 tenha avançado pouco em relação a agosto, com alta de 0,17%. Isso porque o grupo alimentação e bebidas, responsável por quase 25% do índice, deve ter registrado deflação de 0,40%, influenciado principalmente pelos alimentos no domicílio, que caíram 0,80%. Segundo Martins, os itens in natura e proteínas já reduziram suas quedas e caminham para uma trajetória de normalização, mas ainda se mantiveram no patamar negativo nas duas primeiras semanas de setembro.

Para a equipe econômica do Santander, a prévia de setembro avançou para 0,19%, alta explicada pelo aumento nos preços de combustíveis, passagens aéreas e vestuário. "Apesar disso, os núcleos devem seguir apontando para uma inflação menor que 4% no final do ano - projetamos alta de 3,9% para o IPCA em dezembro de 2018", afirmam os economistas do banco em relatório.

Nos cálculos da LCA Consultores, o IPCA-15 subiu 0,22% no mês atual. Além do avanço esperado para o grupo de transportes, a consultoria menciona que a parte de artigos de residência deve acelerar de 0,54% para 0,60%, com taxas maiores em itens como mobiliário, cama, mesa e banho e TV, som e informática. Há, ainda, a expectativa de que, por razões sazonais, os artigos de vestuário subam 0,34% agora, após deflação de 0,39% em agosto.

Até o momento, a inflação permanece ancorada, diz Eduardo Velho, sócio e economista da GO Associados, mas o impacto do dólar sobre os preços não pode ser relativizado, a despeito do grau ainda elevado de ociosidade no mercado de trabalho. "Temos um componente deflacionário pelo lado da demanda e a de custos em alta pelo lado da oferta", diz Velho, para quem o IPCA-15 ficou em 0,20% em setembro, o equivalente a 4,39% no acumulado em 12 meses.

O sócio da GO destaca, ainda, que as projeções para alta dos Índices Gerais de Preços (IGPs), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), já estão ao redor de 9% para este ano, refletindo a inflação de dois dígitos no atacado. "O repasse [ao varejo] por enquanto tem sido limitado, mas ocorrerá de forma mais ampla nos setores, à medida que o crescimento econômico ganhar tração", disse. Incorporando a maior pressão do câmbio em seus cálculos, a consultoria revisou de 4,17% para 4,46% a projeção para o aumento do IPCA em 2018.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/09/2018

Seção: Brasil

Autor:

Título: Curtas

Subsídio ao diesel

A Agência Nacional de Petróleo (ANP) aprovou ontem o pagamento de mais R\$ 706,6 milhões à Petrobras, pelos subsídios nos preços do diesel adotado desde o fim da greve dos caminhoneiros, em maio. O valor é relativo aos subsídios praticados no período entre 8 e 31 de julho. Esta semana, a petroleira estatal já havia recebido outros R\$ 871,5 milhões relativos ao período de 8 de junho a 7

de julho. A ANP também aprovou ontem o pagamento de R\$ 16 milhões à Flamma, relativos ao período de 8 de junho a 31 de julho.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/09/2018

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: ONS estima economia de R\$ 2,5 mi com migração para mercado livre

O Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) prevê reduzir em 14% seus custos internos com energia a partir da migração para o mercado livre, prevista para ser concluída no próximo ano. A expectativa é obter uma economia de R\$ 2,5 milhões com a iniciativa, por um período de três anos, de meados de 2019 a dezembro de 2022. Para isso, o órgão responsável pela operação do sistema elétrico brasileiro fará no início de outubro um leilão para a compra de energia de geradoras ou comercializadoras.

"Fizemos um estudo que mostrou que conseguiríamos uma redução de custo para a organização se nós fôssemos para o mercado livre. Então, essa foi a decisão que tomamos", disse ao **Valor** o diretor-geral do ONS, Luiz Eduardo Barata. "As economias são consideráveis."

O leilão está marcado para 5 de outubro. O processo é conduzido pela consultoria Thymos Energia, contratada previamente para realizar o perfil energético e estudar uma potencial migração do ONS para o ambiente livre.

De acordo com o edital da concorrência, serão negociados quatro contratos de fornecimento de energia. O primeiro, de menor prazo, envolve o suprimento de energia para a sede do operador no Rio e o escritório em Brasília, no período de junho de 2019 a dezembro de 2019. O segundo é referente às mesmas instalações, mas com prazo de suprimento maior: de janeiro de 2020 a dezembro de 2022.

O terceiro contrato prevê fornecimento de energia de maio de 2019 a dezembro de 2022 para a unidade do ONS em Recife (PE). E o último, destinado ao escritório em Florianópolis (SC), prevê o fornecimento de energia de setembro de 2019 a dezembro de 2022.

Segundo Sami Grynwald, gerente da Thymos Energia e responsável pela realização do leilão, o ONS pode obter uma economia superior a projetada inicialmente, dependendo o resultado da concorrência.

Na prática, por ser uma entidade privada, o ONS não teria necessidade de abrir uma concorrência para compra de energia. Segundo Grynwald, porém, a realização do leilão foi uma decisão do operador para dar mais transparência ao processo.

"É um leilão totalmente aberto", acrescentou Barata.

O presidente da Associação Brasileira de Comercializadores de Energia (Abraceel), Reginaldo Medeiros, elogiou a decisão do ONS, que demonstra a maturidade do mercado livre.

Segundo ele, a medida também é importante para o operador para reduzir seus custos, que, no fim das contas, são remunerados pelo consumidor, por meio de orçamento aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Medeiros, no entanto, criticou o edital da licitação, que exige que os vendedores tenham em seu portfólio 300 megawatts (MW) de capacidade instalada em operação. "Essa exigência restringe muito a participação de empresas na concorrência", disse o executivo.

Para um executivo do setor, a exigência do edital praticamente coloca as comercializadoras fora da concorrência, que deve ser dominada por grandes grupos de geração de energia. "Justamente abrem mão do quesito 'competição' em um processo que deveria ser competitivo", afirmou.

De acordo com Grynwald, o objetivo do ONS é comprar energia de um vendedor com experiência no setor elétrico brasileiro.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/09/2018

Seção: Empresas

Autor: Francisco Góes | De São Paulo

Título: Vale faz estudo preliminar para ampliar mina em Carajás

A Vale está fazendo estudos preliminares para uma possível expansão da mina S11D, na Serra Sul de Carajás, no Pará, segundo confirmou o **Valor** com fontes com conhecimento do assunto. A análise sobre uma possível expansão do S11D se enquadra dentro do planejamento estratégico que está sendo preparado pela companhia, mas os estudos ainda estão em fase inicial e não há um detalhamento.

A informação de que a empresa avalia expandir o S11D foi tornada pública ontem, em uma conferência na China, pelo diretor-executivo de ferrosos da mineradora, Peter Poppinga, segundo noticiou a agência Reuters. Segundo a agência, Poppinga disse que a Vale estuda expandir o S11D mesmo sem ainda ter alcançado a plena capacidade. Foi inaugurada no fim de 2016. Ele não divulgou números.

A expectativa, disse o executivo, é que a produção do S11D fique próxima de 90 milhões de toneladas em 2019. Hoje são 60 milhões de toneladas. Na avaliação de fontes do setor, faz todo sentido para a Vale examinar a viabilidade de expansão em um momento em que existe demanda crescente da China, maior consumidor mundial, por minério de ferro de alta qualidade, como o de Carajás.

Poppinga afirmou, segundo a agência, que a Vale pretende manter a produção total em cerca de 400 milhões de toneladas, substituindo minério de ferro de menor qualidade pelo material de alto teor. Além disso, o executivo disse que espera que quase 90% da capacidade chinesa de produção de aço esteja de acordo com novos padrões para emissões até 2025.

Como já publicado pelo **Valor**, a Vale entende que está havendo uma mudança estrutural no mercado de minério de ferro com a cotação do produto sendo definida não somente pelo custo de produção, mas cada vez mais por prêmios e descontos que são praticados em relação aos preços de referência do produto. O minério do S11D, além de maior teor de ferro, tem baixos contaminantes, como alumina, sílica e fósforo, o que ajuda na produtividade dos altos fornos das siderúrgicas e reduz a emissão de gases poluentes.

Por isso, recebe prêmios (pagamentos adicionais) em relação ao produto com 62% de teor de ferro, que serve como referência de mercado. O S11D foi o maior projeto já executado pela Vale até hoje na área de minério de ferro e tem capacidade nominal de 90 milhões de toneladas ao ano. Foi um projeto que teve que criar uma série de soluções, do ponto de vista operacional, para restringir os impactos ambientais na região, como correias transportadoras no lugar de caminhões na mina. Até inaugurar o S11D, a Vale enfrentou muitos desafios em expansões em Carajás.

A dificuldade em expandir minas na região se deve ao fato de as reservas de minério de ferro e de outros minerais estarem situadas na Floresta Nacional de Carajás (Flona), um dos poucos remanescente de Floresta Amazônica no Sudeste do Pará. As exigências ambientais e pressões sociais envolvendo qualquer expansão na região tem processos demorados.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 21/09/2018****Seção: Agronegócios****Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo****Título: Clima favorável faz cogeração de biomassa bater recorde no país**

A geração de energia elétrica das térmicas a biomassa tem demonstrado vigor neste ano diante do forte desempenho da queima do bagaço da cana-de-açúcar no país. Os efeitos do clima seco sobre a cultura "turbinaram" a cogeração a partir de biomassas em geral, que cresceu 11% do início do ano até agosto e, em julho, bateu recorde histórico.

As térmicas a biomassa entregaram 17.356 gigawatt-hora (GWh) para o Sistema Interligado Nacional (SIN) de janeiro a agosto, um crescimento de 11% na comparação com o mesmo período do ano passado, segundo levantamento da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA) a partir de dados preliminares da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). A cana responde por 77% de participação nessa matriz.

Apenas em julho, a energia gerada a partir do bagaço da cana alcançou 3.066 GWh (o equivalente a 4.121,3 megawatts médios). Foi a primeira vez na história em que as usinas sucroalcooleiras geraram mais de 4 mil MW médios em um mês, segundo a CCEE.

As térmicas, a biomassa no país, entregaram 3.538 GWh em julho, alta anual de 8%. Em relação a toda a energia gerada em julho, a biomassa representou 7,8%, a maior participação da história na matriz energética nacional em um mês.

Desse aumento da cogeração, 5% resultaram do aumento da produtividade por causa do clima. "Houve um adensamento da safra em julho em função da condição hídrica [seca]. Além disso, a presença de fibra na cana fica maior percentualmente do que em outros períodos", aumentando a concentração de biomassa na planta, explica Roberto Castro, membro do conselho de administração da CCEE.

Além disso, o fato de não terem ocorrido interrupções na cogeração em decorrência da chuva também poupou o autoconsumo de energia que costuma ocorrer para retomar a geração, observa Zilmar de Souza, gerente em bioeletricidade da Unica.

Os demais 3% de crescimento, acrescenta Castro, derivaram da entrada de sete novas plantas em operação e, sobretudo, de melhorias nos equipamentos das unidades, como novas caldeiras e turbogeradores.

Os aportes para melhorar a potência de unidades de cogeração têm absorvido nas últimas safras a maior parte da atenção das poucas usinas que continuam realizando novos investimentos em sua área industrial.

Mas esse fortalecimento da cogeração a biomassa também tem gerado um impasse. Muitas usinas, segundo Souza, tem gerado mais eletricidade do que o previsto para entregar em contratos no ambiente regulado (via leilões) e no ambiente livre (negociado diretamente com consumidores).

Não seria uma má notícia se os geradores estivessem recebendo pela energia entregue no mercado de curto prazo - um acerto de contas entre as empresas do setor realizado pela liquidação do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

"Seria bom, porque o PLD está alto, em R\$ 500 o MWh. Considerando o excedente, isso estaria ajudando o caixa das usinas. Mas, na prática está agravando, porque estamos acumulando crédito que não estamos recebendo", afirma.

O passivo total para os geradores no país que está sendo contestado na Justiça atualmente é de R\$ 7,8 bilhões, segundo a CCCEE. Desse montante, o gerente da Unica avalia que o valor devido aos geradores de bioeletricidade esteja entre R\$ 300 milhões e R\$ 400 milhões. Segundo Souza, as usinas a biomassa não receberam nenhum pagamento a que têm direito nos últimos três meses.

Essa situação tem colocado um limite ao impulso à expansão da geração de eletricidade a biomassa, afirma o gerente da Unica. Em seu cálculo, o setor deve deixar de gerar entre 10% e 15% da energia a ser cogerada nesta safra. Tomando como base a cogeração do ano passado, que foi menor que a atual, esse percentual seria o equivalente a cerca de 2 terawatt-hora (TWh), o suficiente para abastecer 1,5 milhão de residências durante um ano inteiro.

Tanto Castro como Silva têm expectativa de que sejam liberadas essas compensações quando for aprovado projeto de lei que tramita no Senado retirando as ações judiciais que bloqueiam os pagamentos.

MME / ASCOM .